

**BANCO TRICURY S.A.
CNPJ 57.839.805/0001-40**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente em 31 de dezembro de 2020 e 2019.**

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Banco Tricury S.A. relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional. As Demonstrações Contábeis se referem à instituição individual.

Em 2020, as operações do Banco Tricury se concentraram na captação de recursos através da emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras de Crédito Imobiliário e nos Empréstimos para empresas de pequeno e médio porte, com a garantia da alienação fiduciária de imóveis.

A carteira de crédito encerrou o exercício social de 2020 em R\$ 291.904 mil, os recursos captados em R\$ 375.714 mil, o Patrimônio Líquido em R\$ 239.862 mil e o Lucro Líquido em R\$ 23.945 mil.

O Banco Tricury manteve a sua linha de atuação com foco na alta liquidez, com índice de Basileia de 48,56% e índice de liquidez corrente de 3,62.

A política de gestão corporativa está alinhada com as melhores práticas de mercado, sempre na busca do aprimoramento do modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e princípios da ética, da transparência, do respeito e da responsabilidade na condução dos negócios.

No exercício social de 2020 não tivemos nenhuma reorganização societária ou administrativa no Banco e mantivemos praticamente o mesmo número de colaboradores do ano anterior.

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na condução dos negócios.

São Paulo, 09 de março de 2021.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Tricury S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Tricury S.A.** ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Tricury S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 19, o Banco possui operações com partes relacionadas de depósito a prazo no montante de R\$ 111.485 mil, incorreu em despesas com captação com partes relacionadas no montante de R\$ 3.757 mil. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

A T I V O		<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
ATIVO CIRCULANTE		484.994	454.711
Disponibilidades		241	206
Instrumentos financeiros		428.729	386.429
. Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 3)		266.392	246.119
. Títulos e valores mobiliários (nota 3)		6.616	6.233
. Operações de crédito (nota 4)		155.721	134.077
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.408)	(3.769)
. (-) Operações de crédito (nota 5)		(2.408)	(3.769)
Ativos fiscais correntes (nota 6)		3.263	2.382
Outros valores e bens (nota 7)		49.030	60.702
Outros ativos (nota 8)		6.139	8.761
ATIVO NÃO CIRCULANTE		155.136	118.751
Realizável a longo prazo		154.825	118.464
Instrumentos Financeiros		136.183	113.212
. Operações de crédito (nota 4)		136.183	113.212
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.671)	(2.216)
. (-) Operações de crédito (nota 5)		(1.671)	(2.216)
Ativos fiscais diferidos (nota 17)		2.016	3.109
Outros ativos (nota 8)		18.297	4.359
Imobilizado de uso		986	906
Intangível		98	63
(-) Depreciações e amortizações		(773)	(682)
TOTAL DO ATIVO		640.130	573.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

P A S S I V O

	2.020	2.019
PASSIVO CIRCULANTE	134.106	120.047
Depósitos e demais instrumentos financeiros	110.401	113.539
. Depósitos (nota 9)	12.554	19.711
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 10)	97.103	92.548
. Obrigações por repasses (nota 11)	744	1.280
Provisões (nota 12)	2.453	1.141
Obrigações tributárias (nota 13)	14.243	5.090
Outros passivos (nota 14)	7.009	277
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	266.057	228.198
Depósitos e demais instrumentos financeiros	266.057	228.198
. Depósitos (nota 9)	220.337	164.142
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 10)	45.720	64.056
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	105	440
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 20)	239.862	224.777
. Capital social	189.000	189.000
. Reservas de lucros	50.862	35.777
TOTAL DO PASSIVO	640.130	573.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2o. semestre	Exercícios findos em	
	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas da intermediação financeira	27.725	55.890	61.527
. Operações de crédito	24.687	47.792	44.781
. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.038	8.098	16.746
Despesas da intermediação financeira	(1.143)	(8.842)	(19.810)
. Operações de captação no mercado	(4.007)	(10.748)	(20.502)
. Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (nota 5)	2.864	1.906	692
Resultado bruto da intermediação financeira	26.582	47.048	41.717
Outras receitas/despesas operacionais	(9.248)	(19.703)	(21.375)
. Receitas de prestação de serviços	198	389	449
. Rendas de tarifas bancárias	66	126	199
. Despesas de pessoal (nota 15)	(5.915)	(12.103)	(11.091)
. Outras despesas administrativas (nota 16)	(2.283)	(4.429)	(6.547)
. Despesas tributárias	(1.498)	(2.680)	(2.353)
. Outras receitas operacionais	259	453	404
. Outras despesas operacionais	(75)	(1.459)	(2.436)
Resultado operacional	17.334	27.345	20.342
Resultado não operacional (nota 18)	2.376	10.105	7.701
Resultado antes da tributação sobre o lucro	19.710	37.450	28.043
Imposto de renda e contribuição social (nota 17)	(5.349)	(13.505)	(5.542)
Lucro líquido do semestre/exercício	14.361	23.945	22.501
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	37,15	61,95	58,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**BANCO
TRICURY**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

	<u>2o. Semestre</u>	<u>Exercícios findos em</u>	
	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	14.361	23.945	22.501
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do lucro abrangente do semestre/exercício	14.361	23.945	22.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital realizado	Reservas de lucros Legal	Estatutárias	Lucros acumulados	Total
2o. SEMESTRE DE 2020					
Saldos em 30 de junho de 2020	189.000	2.787	33.109	9.105	234.001
Lucro líquido do semestre	-	-	-	14.361	14.361
Destinações:					
Reserva legal	-	718	-	(718)	-
Reserva estatutária	-	-	14.748	(14.748)	-
Dividendos (R\$ 1,29/lote de mil ações)	-	-	(500)	-	(500)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	189.000	3.505	47.357	-	239.862
Mutações do 2o. semestre de 2020	-	718	14.248	(9.105)	5.861
EXERCÍCIO DE 2020					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	189.000	2.308	33.469	-	224.777
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.945	23.945
Destinações:					
Reserva legal	-	1.197	-	(1.197)	-
Reserva estatutária	-	-	14.748	(14.748)	-
Dividendos (R\$ 2,22/lote de mil ações)	-	-	(860)	-	(860)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	189.000	3.505	47.357	-	239.862
Mutações do exercício de 2020	-	1.197	13.888	-	15.085
EXERCÍCIO DE 2019					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	189.000	1.183	26.854	-	217.037
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.501	22.501
Destinações:					
Reserva legal	-	1.125	-	(1.125)	-
Reserva estatutária	-	-	6.615	(6.615)	-
Dividendos (R\$ 4,06/lote de mil ações)	-	-	-	(1.571)	(1.571)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(13.190)	(13.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	189.000	2.308	33.469	-	224.777
Mutações do exercício de 2019	-	1.125	6.615	-	7.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	2o. Semestre	Exercícios findos em	
	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	14.361	23.945	22.501
Depreciações e amortizações	48	91	75
Provisão/(reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(2.864)	(1.906)	(692)
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	11.545	22.130	21.884
(Aumento) em operações de crédito	(21.295)	(44.616)	(22.425)
Redução em créditos tributários	1.475	1.093	1.970
(Aumento)/redução em outros valores e bens	(2.805)	11.672	3.916
(Aumento)/redução em outros ativos	2.290	(12.196)	1.808
Aumento/(redução) em depósitos	(27.016)	49.039	9.937
(Redução) em recursos de letras de crédito imobiliário	(9.701)	(13.781)	(6.585)
(Redução) em obrigações por repasses	(49)	(536)	(4.072)
Aumento/(redução) em provisões	(190)	1.311	(227)
Aumento/(redução) em obrigações tributárias	4.172	9.153	(1.135)
Aumento em outros passivos	6.597	6.732	134
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(158)	(335)	(342)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais	(46.680)	7.536	(17.021)
Aquisição de imobilizado de uso	(1)	(80)	(80)
Aquisição de intangível	(18)	(35)	(15)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(19)	(115)	(95)
Dividendos pagos	(500)	(860)	(1.571)
Juros sobre o capital próprio	(8.000)	(8.000)	(13.190)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(8.500)	(8.860)	(14.761)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(43.654)	20.691	(9.993)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	316.903	252.558	262.551
No fim do semestre/exercício	273.249	273.249	252.558
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(43.654)	20.691	(9.993)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Tricury S.A. (“Banco” ou “Instituição”) transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, situado à Avenida Paulista, 37 – 17º. Andar – cj 171, CEP 01311-000, São Paulo/SP, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis se referem à instituição individual, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.720/19, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e através da Circular nº 3.959/2019 estabeleceu as diretrizes que passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação. Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando como demonstração contábil obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas

do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Administração em 09 de março de 2021.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2.3. Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

a. Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

b. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de “ajustes de avaliação patrimonial”; e

c. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são

avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

2.2.4. Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados “pro rata dia” e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

2.2.5. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

2.2.6. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Outros créditos - diversos” com reflexo no resultado do período.

2.2.7. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de

mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

2.2.8. Redução do valor recuperável de ativos

A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.9. Depósitos, captações no mercado e recursos de letras de crédito imobiliário

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia”.

2.2.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

a. Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2020;

b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.11. Provisão para garantias financeiras prestadas

A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente

para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016.

2.2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020.

2.2.14. Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

2.2.15. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

2.2.16. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
Disponibilidades	241	206
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	266.392	246.119
Títulos e valores mobiliários (b)	6.616	6.233
Caixa e equivalentes de caixa	<u>273.249</u>	<u>252.558</u>

(a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem a aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses, e estão compostos como segue:

	<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro	15.012	-
- Letras do Tesouro Nacional	239.341	234.540
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas	12.039	11.579
Total	<u>266.392</u>	<u>246.119</u>

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são livres e correspondem a cotas do fundo de investimentos Safra Absoluto 30 FIC Multimercado, classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Durante o período não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre outras categorias evidenciadas pela Nota Explicativa 2.2.3.

4. Operações de crédito

A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue:

a) Por tipo de operações	<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	155.721	134.077
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.408)</u>	<u>(3.769)</u>
	153.313	130.308
Realizável a longo prazo		
Empréstimos e títulos descontados	136.183	113.212
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.671)</u>	<u>(2.216)</u>
	134.512	110.996
Total	<u>287.825</u>	<u>241.304</u>
b) Por atividade econômica	<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
Setor privado		
Indústria	32.276	27.671
Comércio	14.718	24.281
Serviços	215.471	174.828
Pessoas físicas	<u>29.439</u>	<u>20.509</u>
Total	<u>291.904</u>	<u>247.289</u>
c) Por faixa de vencimento	<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
A vencer		
De 1 a 180 dias	90.483	83.054
De 181 a 365 dias	64.573	49.826
Acima de 365 dias	<u>136.183</u>	<u>113.211</u>
	291.239	246.091
Vencidas		
De 1 a 30 dias	156	278
De 31 a 90 dias	20	39
De 91 a 180 dias	-	13
De 181 a 365 dias	<u>489</u>	<u>868</u>
	665	1.198
Total	<u>291.904</u>	<u>247.289</u>

5. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Operações de crédito

	<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
Saldo no início do exercício	5.985	9.083
Reversão de provisão	(1.906)	(692)
Valores baixados para prejuízo	-	(2.406)
Saldo no fim do exercício	<u>4.079</u>	<u>5.985</u>

Durante o exercício as recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como “Receitas de operações de crédito” no valor de R\$ 1.982 (R\$ 233 em 2019).

A posição da carteira de operações de crédito por níveis de risco e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa correspondente, é a seguir demonstrada:

Nível de risco	Percentual de provisão	Posição da carteira		Provisão constituída	
		2.020	2.019	2.020	2.019
AA	0,00	-	67	-	-
A	0,50	80.634	55.762	403	279
B	1,00	168.957	107.271	1.689	1.073
C	3,00	38.356	75.777	1.151	2.273
D	10,00	3.468	4.108	347	411
E	30,00	-	3.364	-	1.009
F	50,00	-	-	-	-
G	70,00	-	-	-	-
H	100,00	489	940	489	940
Total		<u>291.904</u>	<u>247.289</u>	<u>4.079</u>	<u>5.985</u>

6. Ativos fiscais correntes

Referem-se a imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa mensal a compensar.

7. Outros valores e bens

Refere-se a imóveis no montante de R\$ 46.752 (R\$ 58.424 em 31/12/2019) e outros bens no montante de R\$ 2.278 (R\$ 2.278 em 31/12/2019), não de uso próprio, recebidos em dação de pagamento.

8. Outros Ativos

	2.020	2.019
Rendas a receber (a)	1.231	1.547
Adiantamentos salariais	34	-
Devedores por depósitos em garantia (b)	3.297	3.276
Créditos a receber (c)	19.874	8.297
Total	24.436	13.120
Ativo circulante	6.139	8.761
Ativo realizável a longo prazo	18.297	4.359

- (a) Referem-se basicamente a comissão de fiança prestada a receber
 (b) Corresponde a depósitos judiciais para garantia de processos fiscais.
 (c) Os créditos a receber correspondem substancialmente à valores a receber relativo a venda de bens não de uso próprio, anteriormente registrados em “Outros valores e bens”.

9. Depósitos

A composição da carteira de depósitos está classificada como segue:

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo	
	2.020	2.019	2.020	2.019
Pessoa jurídica	5.089	2.179	152.314	113.546
Pessoa física	488	512	67.619	58.004
Instituições financeiras	-	-	916	1.820
Investidores institucionais	-	-	6.465	7.792
Total	5.577	2.691	227.314	181.162
Passivo circulante	5.577	2.691	6.977	17.020
Passivo não circulante	-	-	220.337	164.142

10. Recursos de letras de crédito imobiliário

Os recursos de letras de crédito imobiliário são a seguir demonstrados:

	2.020	2.019
Pessoa física	95.785	108.776
Instituições financeiras	47.038	47.828
Total	142.823	156.604
Passivo circulante	97.103	92.548
Passivo não circulante	45.720	64.056

11. Obrigações por repasses

As obrigações por repasses do país no montante de R\$ 744 (R\$ 1.280 em 31/12/2019) referem-se a recursos a repassar do Programa Minha Casa Minha Vida.

12. Provisões

O saldo de "Provisões" no montante de R\$ 2.453 (R\$ 1.141 em 31/12/2019) refere-se a provisão para pagamentos com despesas de pessoal e outras despesas administrativas no montante de R\$ 769 (R\$ 772 em 31/12/2019), provisões para contingências R\$ 1.591 (R\$ 291 em 31/12/2019) e garantias prestadas no montante de R\$ 93 (R\$ 78 em 31/12/2019).

Provisão para demandas judiciais

O Banco, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza fiscal, legal e cível. As provisões decorrentes destes processos são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão deverá ser revertida. As provisões estão registradas na rubrica "Diversas".

A classificação das demandas judiciais, efetuada pelos nossos assessores jurídicos, é a seguir demonstrada:

Matéria	Perda provável				Perda possível			
	valor		qtde		valor		qtde	
	2.020	2.019	2.020	2.019	2.020	2.019	2.020	2.019
Processos cíveis	1	37	1	3	17.577	18.197	53	58
Processos trabalhistas	12	10	1	1	-	-	-	-
Processos fiscais	63	53	1	1	1.515	190	2	1
Total	76	100	3	5	19.092	18.387	55	59

A composição e movimentação das provisões para contingências é a seguir demonstrada:

Matéria	2.019	Adição	Baixa	2.020
Cível	37	1	(37)	1
Trabalhista	10	2	-	12
Tributária	243	1.335	-	1.578
Total	290	1.338	(37)	1.591

13. Obrigações tributárias

	2.020	2.019
Provisão de IRPJ e CSLL	12.412	3.571
Impostos e contribuições a recolher	1.831	1.519
Total	14.243	5.090

14. Outros passivos

O saldo de “Outros passivos” no montante de R\$ 7.009 refere-se basicamente a juros sobre o capital próprio a pagar aos acionistas no valor de R\$ 6.800.

15. Despesas de pessoal

	2.020	2.019
Proventos	7.383	6.702
Encargos sociais	2.402	2.156
Benefícios	1.464	1.395
Outros	854	838
Total	12.103	11.091

16. Outras despesas administrativas

	2.020	2.019
Aluguéis e condomínio	1.426	1.432
Processamento de dados	745	715
Serviços do sistema financeiro	565	653
Serviços técnicos especializados	646	1.723
Outras	1.047	2.024
Total	4.429	6.547

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Apuração de Imposto de Renda /Contribuição Social	2.020	2.019
Resultado do período antes da tributação sobre o lucro	37.449	28.043
Juros sobre o capital próprio	(8.000)	(13.190)
Adições	2.388	86
Exclusões	3.657	5.826
Apuração do lucro real	28.180	9.113
Encargos a alíquota de 15% de Imposto de Renda	(4.227)	(1.317)
Adicional de 10% de Imposto de Renda	(2.794)	(887)
Encargos de Contribuição Social (nota 2.2.13)	(5.391)	(1.367)
Ativos fiscais diferidos	(1.093)	(1.971)
Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.505)	(5.542)

Os créditos de imposto de renda e contribuição social serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis. A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos é estimada em 93% no 2º ano e 7% nos anos seguintes. O valor presente desses créditos tributários, calculado com base na taxa de captação (CDI), equivale a R\$ 1.862. A natureza e base dos ativos fiscais diferidos são a seguir demonstradas:

Descrição	2.020	2.019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.079	5.985
Créditos baixados para prejuízo	-	745
Provisão de processo cível	1	37
Provisão s/garantias prestadas	93	78
Provisão outras contingências fiscais/trabalhistas	307	64
Total das diferenças temporárias	4.480	6.909
Imposto de renda	1.120	1.727
Contribuição social	896	1.382
Total dos ativos fiscais diferidos	2.016	3.109

18. Resultado não operacional

Refere-se majoritariamente ao resultado obtido na alienação dos bens não de uso e de taxa de ocupação de imóvel registrados em Outros Valores e Bens.

19. Transação com partes relacionadas

O Banco e suas empresas coligadas mantêm transações entre si, e são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos. Os saldos destas transações são a seguir demonstrados:

	Passivo				Despesa de captação	
	Relações interdependências		Depósitos a prazo		Exercícios findos em	
	2.020	2.019	2.020	2.019	2.020	2.019
OMEGA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIP.LTD	23	24	2.440	958	56	202
JSGJ PARTICIPAÇÕES LTDA	5	31	627	532	10	25
TRICURY ARMAZÉNS LTDA	12	49	11.945	10.159	304	440
MIURA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	5	-	36	144	1	7
JJ ANDRE DE ALMEIDA EMPREEND.IMOB.	-	-	393	-	11	-
TRISUL PARTICIPAÇÕES SA	-	10	96.044	67.528	3.375	4.495
Total	45	114	111.485	79.321	3.757	5.169

Remuneração dos administradores

Os administradores do Banco são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime CLT e estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do período.

O salário atribuído no exercício ao pessoal chave da Administração corresponde a R\$ 751 (R\$ 721 em 2019).

O Banco não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e Administração.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 386.552.410 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (386.552.410 em 2019).

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando a disposição da Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco realizou distribuição de dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de junho de 2020, que totalizaram R\$ 860 (R\$ 1.571 em 2019).

21. Resultado não recorrente

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O Banco não possui resultado não recorrente no período.

22. Outras informações

a) Acordo de Basileia – limite operacional

O Banco encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requeridos pela Resolução CMN n.º 2.099/94 que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II), cuja apuração do Patrimônio de referência e do Patrimônio de referência exigido foram

alteradas pelas Resoluções CMN nºs 4.192/13 e 4.193/13. O índice de Basileia Amplo do Banco corresponde a 48,56% (49,22% em 2019).

b) Gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital

i) Em atendimento à Resolução CMN nº 4557 e em conformidade com o seu segmento (S4) o Banco implementou estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital.

Essa estrutura é compatível com a exposição aos riscos assumidos pelo Banco e prevê o gerenciamento integrado e contínuo dos seguintes riscos associados:

Risco de Crédito: Risco associado à possibilidade do tomador não honrar suas obrigações nos termos dos contratos bem como a insuficiência da garantia em liquidar os débitos existentes.

Risco de Mercado: Risco de ocorrência de perdas resultantes da flutuação das taxas de juros acarretando redução dos valores de mercado das posições assumidas.

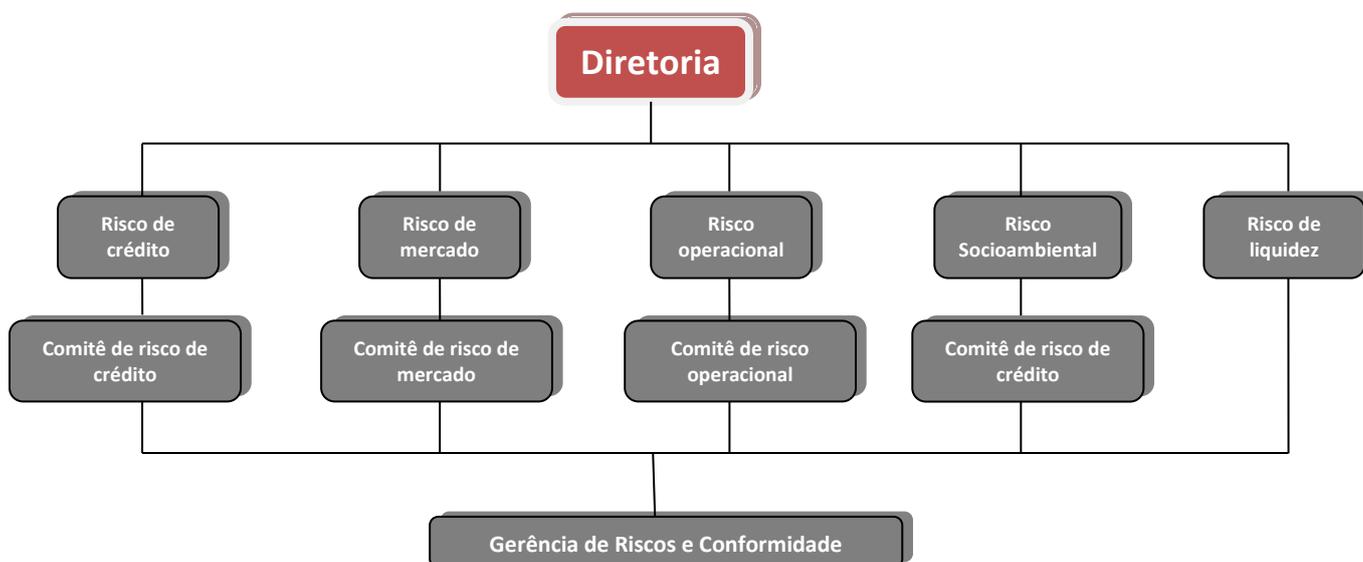
Risco Operacional: Possibilidade de perdas financeiras devido a impactos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, inadequação ou deficiência de contratos, descumprimento de dispositivos legais e indenização por danos a terceiros.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) para cobrir as obrigações (saídas de caixa) da instituição no horizonte temporal analisado.

Pelas características das operações realizadas pela instituição, o risco Sócio Ambiental é contemplado em nossas políticas porém não representa risco considerado como relevante.

Todas as políticas de gerenciamento de riscos da Instituição são aprovadas pela Diretoria e encontram-se divulgadas em nosso site corporativo.

Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos



Gerenciamento de capital

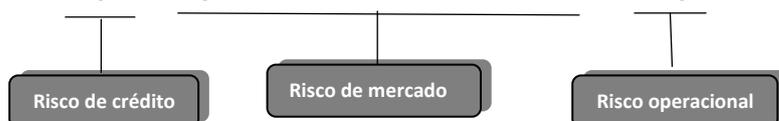
A gestão de capital faz parte do sistema de avaliação de riscos da Instituição, efetuado com o intuito de manter o capital em nível suficiente para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

A suficiência de capital deve abranger, além do capital regulatório, previsto no Pilar I de Basileia conhecido como PRE (Patrimônio de Referência Exigido), o Capital Adicional, previsto no Pilar II e que considera diversos outros riscos, tais como:

- a) Risco de liquidez e inadimplência;
- b) Risco de concentração.

Outra função importante do gerenciamento de capital é assegurar que a instituição mantenha, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos assumidos, representado pelo PRE (Patrimônio de Referência Exigido). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

$$\text{PRE} = \text{Pepr} + \text{Pjur} + \text{Pacs} + \text{Pcom} + \text{Pcam} + \text{Popr}$$



Estrutura de Gerenciamento Integrado de Capital



ii) Instrumentos financeiros: o Banco mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

O Banco não possui posições ou transações com instrumentos financeiros derivativos a serem informadas.

As informações relativas à gestão de riscos, ao Patrimônio de referência exigido (PRE), de que trata a Resolução CMN nº 4.193/13, à adequação do Patrimônio de referência (PR), definido nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, as informações referentes a Razão de Alavancagem e o valor da Parcela Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal encontram-se à disposição dos

interessados em nosso sítio institucional www.bancotricury.com.br, conforme disposições publicadas nas Circulares nº 3.477/09, 3.678/13 e 3.768/15 do BACEN.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração do Banco, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.

c) Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus)

O Banco Tricury vem tomando todas as medidas e cuidados para minimizar os efeitos decorrentes da pandemia do COVID19.

Não tivemos efeitos relevantes no resultado do período, na carteira de operações de crédito ou em qualquer outro negócio do Banco Tricury decorrentes do COVID19.

d) Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que requeressem ajustes contábeis ou divulgação.

José Roberto Cury
Diretor

Rogério Dias
Contador
CRC 1SP 180.027/O-0